

## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

- Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe**
- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas (Formulário de Documento) de acordo com a orientação das instruções.
  - Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
  - Eventuais espaços em branco utilizados no início da resposta, em qualquer uma das questões, não serão considerados e o caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

## INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

### ÉTICA

Kátia Lima

Leia a situação hipotética abaixo:

**Situação hipotética:** Em reunião da comissão de ética do INSS, estavam na pauta três processos: No primeiro, João havia faltado ao trabalho sem justificativas por 5 dias. No segundo, a servidora Bruna denunciava o diretor-geral do INSS por comportamento grave envolvendo favorecimento de Empresa privada em processo de contratação. No terceiro processo, Vitória, nova servidora, consultava a comissão sobre conflito de interesse.

Tendo como base a situação acima e os Decretos n. 1.17119/1994 e 6.029/2007, julgue os próximos três itens sobre ética no serviço público.

- 1 Em relação ao primeiro processo, a comissão deverá apurar os fatos e, caso fique comprovado, João receberá a penalidade de suspensão ou até mesmo demissão pela Comissão.
- 2 O segundo processo não deverá ser apurado pela comissão de ética do INSS.
- 3 Vitória, autora do terceiro processo, não deveria encaminhar processo de consulta à comissão de ética, pois a competência da comissão é apenas a de apurar e punir faltas éticas.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Blanco

- 4 O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- 5 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
- 6 São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- 7 Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

- 8 A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- 9 Depende de autorização legislativa específica, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
- 10 As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Raphael Spyere

A respeito da Administração Pública Brasileira, os Poderes Administrativos de que se reveste, bem como Atos Administrativos que pratica, julgue as assertivas a seguir.

- 11 A Administração Pública Indireta Federal é caracterizada pela reunião de órgãos que constituem os serviços integrados à estrutura da Presidência da República e dos Ministérios.
- 12 Resultam do exercício do poder disciplinar as penas administrativas aplicadas pelo INSS sobre os servidores infratores que atuem em seus quadros.
- 13 **Situação hipotética:** O INSS alugou salas de aula de uma universidade para realizar o concurso para o provimento de seus cargos efetivos. **Assertiva:** O ato de locação em tela, porque predominantemente sujeito ao direito privado, não é considerado um ato administrativo.

Julgue os itens subsecutivos a respeito das regras dispostas no Estatuto do Servidor Público Civil Federal – Lei n. 8.112/1990, bem como na Lei Geral de Improbidade Administrativa – Lei n. 8.429/1992.

**14 Situação hipotética:** Suponha que um servidor público federal requeira a concessão de licença por motivos de doença em pessoa da família, em razão de doença que assola seu genitor, durante o estágio probatório. **Assertiva:** Nesse caso, caberá à Administração indeferir o pedido, tendo em vista que o citado benefício não poderá ser usufruído por servidores em estágio probatório.

**15 Situação hipotética:** Maicon, servidor público do Ministério da Justiça, exerce atividade enquadrada, simultaneamente, como insalubre e perigosa. **Assertiva:** No caso em tela, é perfeitamente legítima a acumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

**16 Situação hipotética:** Um empregado público de uma Empresa Estatal Federal fraudou licitação para favorecer determinada sociedade empresarial. **Assertiva:** Se o referido agente falecer durante a ação de improbidade administrativa, então o dever de ressarcimento ao erário será extinto.

Acerca da Lei Geral de Processos Administrativos Federais – Lei n. 9.784/1999, julgue a afirmação a seguir.

**17 Situação hipotética:** Em um processo administrativo, um administrado demandou benefício pecuniário junto a certa autarquia federal. Tendo em vista a ausência de determinados documentos exigidos por lei para a concessão do benefício, o setor responsável fixou prazo para que o administrado interessado os apresentasse. Contudo, os documentos não foram entregues. **Assertiva:** Nessa situação, o processo deverá ser arquivado.

## GRAMÁTICA TEXTO

Vânia Araujo

### Texto I

#### Telegrama ao ministro

1 Era sábado. O presidente e seus assessores sentaram-se em volta da mesa de reuniões. Precisavam encontrar uma forma de demitir o ministro sem ferir suscetibilidades. Afinal, já era o quarto ministro que o presidente trocava nessa área em menos de oito meses. Alguém sugeriu um telegrama:

5 – É a forma mais impessoal, presidente. Assim ninguém fica tão diretamente envolvido.

– Sim, mas com que texto? Eu gosto muito dele. Sou presidente, mas não estou aqui para magoar ninguém – disse o presidente.

10 Isso é fácil – falou outro assessor. – Basta colocar: *Venha urgente Brasília. Sua demissão imediata.*

Todos leram e alguém em volta da mesa, não se sabe ao certo qual dos assessores, comentou:

15 – Eu acho que não está bom. Afinal de contas, vocês sabem que o ministro já está meio estressado com todas as denúncias de favorecimento, de repente pode ter um enfarte e o governo fica mal.

(...)

20 Mas um assessor, formado em Letras e Filosofia, resolveu redigir o telegrama: *Aqui tudo ótimo. Brasília tranquila. Clima magnífico. Volte assim que puder. Saudades. Sempre teu, presidente.* De todas as formas apresentadas até então, essa foi a que causou mais revolta.

(...)

25 Um assessor de mais idade, conhecido em Juiz de Fora pela habilidade com que arbitrava discussões sobre os mais variados temas, sentou-se, pensou bem, ponderou, molhou a ponta do lápis na língua e caprichou: *Se possível volte. Nenhum motivo para apreensão. Presidente morto de saudades. Pequena surpresa ao chegar.*

Realmente, esse bate todos os records! – disse um jovem assessor muito invejoso. – Em primeiro lugar, não é “se possível”, ele tem que voltar mesmo.

(...)

35 Abandonaram a ideia rapidamente. Seguiu-se um longo período de silêncio em que os assessores andavam de lá para cá. Serviu-se mais um cafezinho. Finalmente, o presidente sentou-se à mesa e ele mesmo redigiu o telegrama: *Aproveite bem o fim de semana. Aqui tudo na mesma. Tudo ótimo. Não esquente. E divirta-se.*

*Jô Soares. Domínio público. (Com adaptações).*

Julgue os itens a seguir no que tange às ideias e às estruturas linguísticas do texto precedente.

**18** Do trecho “Afinal, já era o quarto ministro que o presidente trocava nessa área em menos de oito meses.” (l. 3-5) é possível inferir que a área à qual se refere o narrador é, por si só, uma área em que é difícil manter o mesmo ministro por muito tempo e, por isso, o presidente se mostra tão contrário à demissão de um ministro de quem ele tanto gostava.

**19** Na linha 3, o vocábulo “suscetibilidades” pode ser substituído pelo vocábulo “sensibilidades” sem que se alterem as relações de sentido do texto.

**20** No trecho “Afinal, já era o quarto ministro que o presidente trocava nessa área em menos de oito meses.” (l. 3-5), o vocábulo destacado denota ideia de tempo decorrido.

**21** A supressão da vírgula empregada logo após o vocábulo “assessor” (l. 20) alteraria os sentidos originais do texto, mas manteria sua correção gramatical.

- 22 A expressão “Se possível”, no trecho “Se possível volte” (l.29), foi rejeitada por um dos assessores porque ela deixava transparecer uma dúvida.
- 23 A expressão “Presidente morto de saudades.” (l. 30-31) evidencia o uso de intencional ironia.
- 24 Mantém a correção gramatical do texto a seguinte reescrita do trecho “sentou-se à mesa” (l. 39): **sentou-se na mesa.**
- 25 A respeito das sugestões dadas pelos assessores para a redação do telegrama, é correto afirmar que nenhum deles estava verdadeiramente preocupado com a reação do ministro.
- 26 A substituição do trecho “*Aproveite bem o fim de semana. Aqui tudo na mesma. Tudo ótimo. Não esquento. E divirta-se.*” (l. 39-41) por **Aproveite bem o fim de semana. Aqui, tudo continua como sempre. Está tudo ótimo. Não se preocupe e divirta-se!** manteria a coerência do parágrafo no qual se insere, mas alteraria o seu nível de formalidade.
- 27 Trata-se de um texto predominantemente descritivo, cujo autor caracteriza uma situação em que o presidente da República e seus assessores se reúnem para encontrar a melhor forma de redigir um telegrama para comunicar a um ministro a sua demissão.

### Texto II

- 1 O processo de ampliação dos direitos e de pacificação social não é neutro, nem é o caminho natural de evolução em todas as sociedades. Em geral, é fruto de um processo político, resultado de muitos conflitos e negociações.
- 5 se confrontam, nos diferentes períodos históricos e nas diferentes sociedades, grupos diversos — alguns mais representativos da maioria dos membros de uma sociedade, outros menos —, defendendo suas ideias e seus interesses a respeito de como organizar a sociedade.

*Andréa Buoro et al. Violência urbana – dilemas e desafios. São Paulo: Editora Atual. (com adaptações).*

Acerca dos aspectos linguísticos do fragmento de texto acima e das ideias nele apresentadas, julgue os itens subsecutivos.

- 28 Em suas ocorrências, nas linhas 1 e 2, o verbo **ser** está flexionado no singular para concordar com a palavra “processo”.
- 29 O vocábulo “neutro”, na linha 2, sintetiza a ideia de “livre de pressões, de tendências divergentes e conflitantes”.
- 30 A conjunção “nem”, na linha 2, corresponde a **também não**.

- 31 O elemento coesivo “Nele” (l. 4) retoma a expressão “processo político” (l. 3-4).
- 32 Os pronomes “suas” e “seus”, ambos na linha 8, referem-se a “diferentes sociedades”, na linha 6.

## REDAÇÃO OFICIAL

Lucas Lemos

Considerando as informações presentes no Manual de Redação Oficial da Presidência da República (2018), julgue os itens seguintes.

- 33 De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), na redação de expedientes oficiais, é necessário empregar um padrão próprio de linguagem, denominado padrão oficial.
- 34 Segundo o MRPR, a concisão é uma característica dos textos oficiais que se concretiza por meio da economia de pensamento.
- 35 Em “Vossa Excelência deve estar satisfeita com os resultados das negociações”, o adjetivo estará corretamente empregado se dirigido a uma autoridade do sexo masculino, pois o termo “satisfeita” deve concordar com a locução pronominal de tratamento “Vossa Excelência”.
- 36 O vocativo a ser empregado em comunicações oficiais a um juiz é **Senhor Juiz**.
- 37 O emprego adequado do fecho da comunicação depende da observação das relações hierárquicas entre os interlocutores.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

Marcelo Leite

Considere a proposição P verdadeira:

P: O segurado deve buscar atendimento presencial, se for imprescindível.

Com base nessa proposição, julgue os itens a seguir.

- 38 A proposição P é equivalente a “Caso seja imprescindível, o segurado deverá buscar atendimento presencial”.
- 39 Caso a proposição “O segurado deve buscar atendimento presencial” seja verdadeira, então a proposição P será obrigatoriamente verdadeira.
- 40 A negativa da proposição P é equivalente a “É imprescindível ou o segurado não deve buscar atendimento presencial”.

- 41** A sentença  $S = (A \rightarrow B) \leftrightarrow [(\sim B) \rightarrow (\sim A)]$  é uma tautologia, isto é, independentemente dos valores lógicos V ou F atribuídos a A e B, o valor lógico de S será sempre V.
- 42** Considere que, nesse mês, em certo setor do INSS, estão lotados 48 técnicos do seguro social, mas essa quantidade representa apenas 60% do total de servidores que estão lotados no citado setor. Então, o total de servidores que estavam lotados nesse setor, no mês citado, é superior a 80.

## INFORMÁTICA

Fabício Melo

Sobre conhecimentos relacionados ao Windows 7 e 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item abaixo.

- 43** Tanto no Windows 7 como no Windows 10, é possível, por meio da ferramenta BitLocker codificar partições do HD (disco rígido), protegendo seus documentos e arquivos do computador contra o acesso não autorizado.

Sobre conceitos de Internet, Intranet e ferramentas de navegação e correio eletrônico, julgue o próximo item.

- 44** Cada domínio possui um registro no DNS que define o endereço IP do servidor de hospedagem e o IP do servidor de e-mail que responderão por esse domínio. O processo para a descoberta dos servidores que respondem por um domínio é denominado resolução do nome ou resolução do domínio.

Sobre o texto abaixo e seus conhecimentos relacionados à Segurança da Informação, julgue o próximo item.

Em novembro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi alvo de um ataque cibernético, por meio de programa malicioso (malware). Como resultado do ataque, todo o acervo de processos da Corte foi criptografado, impedindo seu acesso sem o pagamento do resgate exigido pelo criminoso. Segundo o STJ, o backup do sistema não foi afetado pelo ato, o que permitiu a posterior restauração dos arquivos. O ataque foi identificado no dia 3 de novembro, ficando o sítio da Corte indisponível no mesmo dia. Em razão disso, o Tribunal suspendeu os prazos processuais, audiências e sessões de julgamento até o dia 9. O sítio só voltaria ao ar no dia 10.

Fonte: [wikipedia.org](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataque_cibernético_do_Superior_Tribunal_de_Justiça)

- 45** É correto inferir que o ataque aos servidores do STJ foi realizado por meio de um malware denominado Ransomware e que, se o pagamento fosse realizado, geralmente em bitcoins, os dados seriam recuperados em um prazo menor de tempo.

Sobre conhecimentos relacionados ao Libre Office 6.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue os próximos itens.

- 46** No Libre Office Writer, por meio do menu Tabela, é possível a conversão de um texto para uma tabela ou vice e versa.

- 47** De acordo com a planilha abaixo, ao digitar na célula A7 a fórmula =SOMA(A1:C5!A2:B3) e pressionar a tecla ENTER, surgirá como resultado o valor 16.

|   | A | B  | C |
|---|---|----|---|
| 1 | 2 | 1  | 3 |
| 2 | 3 | 4  | 4 |
| 3 | 4 | 5  | 5 |
| 4 | 5 | 6  | 4 |
| 5 | 6 | 12 | 3 |
| 6 |   |    |   |
| 7 |   |    |   |

## REGIMENTO JURÍDICO ÚNICO

Leandro Pereira

Segundo a Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue os próximos itens.

- 48** Função pública é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

- 49** A Lei n. 8.112/1990 traz consigo requisitos taxativos para a investidura do cargo. Dentre eles estão o gozo dos direitos políticos, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.

- 50** 4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade.

## SEGURIDADE SOCIAL (DIREITO PREVIDENCIÁRIO)

Carlos Machado

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue os próximos itens.

- 51** As fontes formais do direito previdenciário incluem a CF e as Leis n. 8.212/1991 e n. 8.213/1991.

**52** Ao se utilizar do método de interpretação teleológico, o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.

Tendo como referência a doutrina e a jurisprudência a respeito da organização e dos princípios do sistema de seguridade social brasileiro, julgue o item a seguir.

**53** O princípio do direito adquirido não se aplica à seara previdenciária, pois, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, inexistente direito adquirido a regime jurídico.

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

**54** A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de seguridade social no Brasil.

Em relação à organização, à origem e ao custeio do sistema de seguridade social, julgue o item a seguir.

**55** A seguridade social nos moldes como é atualmente conhecida é fruto da evolução legislativa quanto à garantia dos direitos sociais no Brasil e foi introduzida no ordenamento jurídico pátrio pela Constituição Federal de 1988.

Relativo à Legislação aplicável à seguridade social e sua gestão, julgue o seguinte item.

**56** O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é a autarquia previdenciária cuja principal atribuição é a administração do regime geral de previdência social.

Acerca da seguridade social, julgue o item.

**57** A previdência e a assistência social organizam-se com base em regime de caráter contributivo, razão pela qual somente serão prestadas aos segurados adimplentes com suas obrigações, diferentemente do direito à saúde, cujo atendimento independe de prévia contribuição por parte do beneficiário.

Acerca do conceito e dos princípios da seguridade social no Brasil, julgue o item.

**58** A seguridade social representa um conjunto integrado de ações direcionadas à proteção exclusiva de trabalhadores que mantêm vínculo contributivo com algum órgão de assistência previdenciária.

Maria Clara, empregada doméstica com deficiência física, e Antônio José, empresário dirigente de multinacional sediada no Brasil, desejam contribuir para o Regime Geral de Previdência Social e, com isso, gozar de todos os benefícios e serviços prestados pela Seguridade Social.

**59** De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que Maria Clara e Antônio José podem participar da Previdência Social.

**60** Cícero recebe o benefício de aposentadoria por invalidez. De acordo com o princípio da irredutibilidade do valor do benefício e com as disposições da legislação previdenciária, o valor do seu benefício deverá ser reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário-mínimo, com base no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

A respeito da inscrição e da filiação dos segurados obrigatórios e facultativos na forma do Decreto n. 3.048/1999, julgue o item a seguir.

**61** A filiação ao RGPS na qualidade de segurado facultativo pode retroagir, permitindo-se o recolhimento das contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.

A respeito da inscrição e da filiação dos segurados obrigatórios e facultativos na forma do Decreto n. 3.048/1999, julgue o item a seguir.

**62** Os dados constantes dos cadastros informatizados da previdência social, como o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), valem como prova da filiação à previdência social, do tempo de contribuição e dos salários de contribuição, desde que acompanhados de outras provas documentais.

Acerca do RGPS, julgue o item subsequente.

**63 Situação hipotética:** Howard, cidadão norte-americano, domiciliado no Brasil, foi aqui contratado pela empresa brasileira X para trabalhar, por tempo indeterminado, em sua filial situada no Canadá. A maior parte do capital votante dessa filial canadense é da empresa X, constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no Brasil. **Assertiva:** Nessa situação, Howard deverá estar, necessariamente, vinculado ao RGPS como segurado empregado.

No que se refere ao financiamento da seguridade social, julgue o item a seguir.

**64** O deputado estadual que não tem vínculo com regime próprio de previdência social é considerado segurado obrigatório do regime geral de previdência social, e, nessa condição, está obrigado a contribuir para esse regime de previdência.

**65** Quanto à diversidade da base de financiamento da Seguridade Social, é incorreto afirmar que a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a pessoa física, a receita ou o faturamento e o lucro são bases de cálculo para as contribuições devidas pela empresa ou entidade a ela equiparada.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Acerca da seguridade social, julgue o item subsequente.

**66** Segundo o entendimento do STF, mediante lei complementar, é possível criar novas contribuições sociais — além daquelas previstas no texto constitucional —, que poderão ter base de cálculo e fato gerador idênticos aos de impostos discriminados na CF.

**67** Quanto ao financiamento da seguridade social, de acordo com o estabelecido na CF/1988 e na legislação do respectivo custeio, é correto afirmar que são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética acerca de salário de contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

**68** Zilda mantém vínculo empregatício com a empresa Y e com a empresa Z, das quais recebe remuneração mensal equivalente a dois e três salários-mínimos, respectivamente. Nessa situação, a contribuição previdenciária de Zilda deverá incidir sobre os valores recebidos de ambos os empregos.

Em relação ao salário de contribuição, julgue o item a seguir.

**69** O salário de contribuição de empregado que, vinculado ao RGPS, integre categoria cuja remuneração mensal mínima seja fixada em R\$ 1.800,00 por acordo coletivo, é o salário-mínimo.

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética acerca de salário de contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

**70** Gustavo inscreveu-se na previdência social na condição de segurado facultativo. Nessa situação, o salário de contribuição de Gustavo deverá variar entre um salário-mínimo e o teto máximo fixado em portaria interministerial.

Em relação ao salário de contribuição, julgue o item a seguir.

**71** Compõem o salário de contribuição do empregado vinculado ao RGPS as parcelas remuneratórias decorrentes do seu trabalho, ressalvada a gratificação natalina (décimo terceiro salário), conforme entendimento do STF.

**72** A arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devem ser feitos com a cooperação dos entes e pessoas envolvidos com o fato gerador da contribuição social. A respeito dessa cooperação imposta pela lei, é correto afirmar que, nos termos da legislação de custeio previdenciário em vigor, a empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração.

A respeito da carência e da condição de segurados e dependentes no regime geral da previdência social (RGPS), julgue o item subsequente.

**73** Para a concessão da pensão por morte na condição de companheira ou companheiro, exige-se do interessado a prova da existência de filhos em comum ou da convivência por, no mínimo, dois anos com o segurado falecido.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Acerca da seguridade social, julgue o item subsequente.

**74** O STF reconhece a união homoafetiva como entidade familiar e, conseqüentemente, assegura ao(à) companheiro(a) da pessoa segurada a qualidade de dependente para fins previdenciários.

**75** Ao filho maior de vinte e um anos de idade será garantida a prestação de benefícios e serviços da previdência social, desde que comprove a matrícula em instituição de ensino superior, até a data da sua formatura.

Em relação aos princípios e diretrizes da previdência social no Brasil, julgue o seguinte item.

**76** Para o cálculo dos valores dos benefícios previdenciários, são considerados os salários de contribuição, sendo, no caso da aposentadoria especial, contabilizados os trinta e seis últimos salários, corrigidos monetariamente.

A respeito da renda mensal dos benefícios do RGPS, julgue a assertiva a seguir.

- 77** No cálculo do valor da renda mensal do benefício, com exceção do decorrente de acidente do trabalho, serão computados, para o segurado empregado e empregado doméstico, os salários de contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pelo empregador, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis.
- 78** A renda mensal inicial (RMI) de um benefício é o valor que o segurado receberá inicialmente, podendo ser posteriormente reajustado, conforme prevê a legislação. As RMI são calculadas pela aplicação de determinado percentual sobre o salário de benefício para vários benefícios do RGPS. Considerando essa informação, julgue se a assertiva a seguir apresenta corretamente o benefício do RGPS e o respectivo percentual do salário de benefício correspondente à RMI desse benefício, conforme a Lei n. 8.213/1991: **Aposentadoria por invalidez: 100%.**
- 79** Alice deseja requerer no Regime Geral de Previdência Social, de acordo com a regra geral, ou seja, aos 62 anos de idade e 15 anos de contribuição. Na análise do benefício de Alice, verificou-se que ela possui o dobro do período mínimo de contribuição exigido. Podemos afirmar que Alice receberá o benefício no seu valor integral.
- 80** A renda mensal inicial (RMI) de um benefício é o valor que o segurado receberá inicialmente, podendo ser posteriormente reajustado, conforme prevê a legislação. As RMI são calculadas pela aplicação de determinado percentual sobre o salário de benefício para vários benefícios do RGPS. Considerando essa informação, julgue se a assertiva a seguir apresenta corretamente o benefício do RGPS e o respectivo percentual do salário de benefício correspondente à RMI desse benefício, conforme a Lei n. 8.213/1991: **Auxílio-doença: 50%.**
- 81** Fernando é empregado de pessoa jurídica e, em virtude de enfermidade, ficou incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias, passando a perceber, a partir do décimo sexto dia, o benefício previdenciário denominado auxílio-doença. Após dois meses, a perícia do INSS constatou que Fernando já estava apto para retornar às suas atividades, e determinou a cessação de seu benefício. Um mês após a cessação do referido benefício, Fernando, acometido pela mesma doença, ficou novamente impossibilitado para o trabalho. Nessa circunstância, a pessoa jurídica fica desobrigada ao pagamento relativo aos quinze primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior.
- 82** Antônio era aposentado por invalidez do RGPS e veio a falecer, deixando como dependentes sua esposa Conceição, com 48 anos, e sua filha Karina, com 12 anos. Passados 100 dias do óbito de Antônio, Conceição e Karina requereram pensão por morte junto ao INSS. Tendo em vista estas informações, é correto afirmar que Conceição e Karina farão jus ao recebimento de pensão por morte contada da data do requerimento do benefício para ambas.
- 83** São benefícios que poderão ser prestados a todas as categorias de segurados do RGPS a aposentadoria por invalidez, a aposentadoria por idade e tempo de contribuição, o auxílio-doença e o salário maternidade.
- 84** Diana está aposentada pelo Regime Geral de Previdência Social e voltou a exercer atividade assalariada, portanto, sujeita a esse regime. Ocorre que, em razão de doença comum que a incapacitou para o trabalho, afastou-se por cento e vinte dias consecutivos e engravidou. Nessa situação, não havendo direito adquirido e considerando a legislação previdenciária, Diana não poderá acumular os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria, mas poderá acumular esse último com salário-maternidade.
- 85** Diana está aposentada pelo Regime Geral de Previdência Social e voltou a exercer atividade assalariada, portanto sujeita a esse regime. Ocorre que, em razão de doença comum que a incapacitou para o trabalho, afastou-se por cento e vinte dias consecutivos e engravidou. Nessa situação, não havendo direito adquirido e considerando a legislação previdenciária, Diana não poderá acumular nenhum tipo de benefício previdenciário.

Com base nas disposições legais referentes ao regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item subsequente.

- 86** Uma ação que tenha por objetivo haver prestações vencidas devidas pela previdência social está sujeita a prescrição decenal.

Maria, proprietária de uma sorveteria situada em uma cidade litorânea, adquiriu, de forma financiada, dois novos *freezers* para seu estabelecimento comercial. Em razão do período de baixa temporada, ocorreu considerável queda nas vendas da sorveteria, e o seu faturamento tornou-se insuficiente para arcar com todas as despesas. Diante dessa situação e visando honrar com o pagamento das prestações dos *freezers*, Maria deixou de repassar à previdência social as contribuições previdenciárias recolhidas dos cinco funcionários do estabelecimento, no prazo e na forma legal, tendo incorrido em crime contra seguridade social.

Tendo como referência essa situação hipotética e com base nas disposições legais a respeito dos crimes contra a seguridade social, julgue o próximo item.

- 87** A conduta de Maria configura crime de apropriação indébita previdenciária, para o qual a pena prevista é reclusão e multa.
- 88** Para concessão da aposentadoria especial a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos, será feita mediante formulário denominado Programa de Controle de Saúde Ocupacional (PCMSO).
- 89** O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) constitui-se em um documento histórico-laboral do trabalhador, que a ele deve ser fornecido pela empresa. De acordo com o Decreto n. 3.048/1999, o profissional designado a assinar o respectivo documento é o representante legal da empresa.
- 90** Glória Mercedes era companheira do segurado Rui Barbosa, por meio de união estável comprovada, com quem teve dois filhos menores. Rui Barbosa desapareceu e teve a morte presumida, declarada por meio de decisão judicial. Glória requer o benefício da pensão por morte, a seu favor, bem como de seus dois filhos.  
De acordo com a Lei n. 8.213/1991, em relação ao direito e eventuais prazos do benefício para os autores, uma vez preenchidos os requisitos legais, Glória e seus filhos terão direito ao benefício, a partir da data da decisão judicial.
- 91** Plutão constituiu uma empresa individual para criação e desenvolvimento de sistemas informatizados, contratando quatro empregados. Decorrido o primeiro ano de funcionamento, Plutão não conseguiu atingir o faturamento planejado no início, acumulando dívidas com fornecedores e contraindo empréstimos bancários. Assim, para dar sobrevida ao empreendimento decidiu, durante seis meses, descontar as contribuições previdenciárias de seus empregados sem que houvesse o devido recolhimento aos cofres da previdência social. Nessa situação, quanto aos crimes contra a previdência social, julgue o item a seguir.

Caso Plutão confesse a dívida, efetue o pagamento espontâneo integral dos valores devidos e preste as devidas informações ao órgão previdenciário, antes do início da ação fiscal, poderá ser extinta a punibilidade de sua conduta.

- 92** Antônio, de sessenta e três anos de idade, empregado celetista no cargo de auxiliar de serviços gerais havia dez anos em uma empresa de limpeza urbana, compareceu ao serviço de emergência de um hospital público, queixando-se de fortes dores de cabeça. Após primeiro atendimento médico, ele foi encaminhado para internação, sem previsão de alta, para investigação da causa das dores. Antônio é casado com Maria, de 45 anos de idade, com a qual tem dois filhos menores de idade. Maria está desempregada e nunca contribuiu para a previdência social. Apreensiva pela possibilidade de Antônio não poder retornar ao trabalho, Maria buscou orientação no serviço social do hospital a respeito dos direitos de Antônio e dos meios de exercê-los.  
A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo, tendo como referência a Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei n. 8.212/1991), os planos de benefícios da previdência social (Lei n. 8.213/1991) e o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003).

Para fins previdenciários, a dependência econômica de Maria e de seus filhos com Antônio deve ser comprovada.

A respeito do regime geral da previdência social (RGPS), julgue o item, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 93** Os genitores de segurado do RGPS serão seus dependentes independentemente de comprovação da dependência econômica.
- 94** A prestação de benefícios e serviços da previdência social será garantida ao dependente, no caso do benefício de pensão por morte, desde a data do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes.
- 95** Mário é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social e veio a falecer deixando como seu único dependente seu filho Mário Júnior, este último é não inválido, possui 20 anos de idade e, devido a uma decisão judicial, colou grau em ensino superior aos 19 anos. Nessas condições, podemos afirmar que Mário Júnior fará jus a Pensão por Morte em decorrência do falecimento de seu pai.
- 96** Carlos é segurado do RGPS e faleceu deixando como único dependente seu filho Gustavo, que tinha 17 anos da data do óbito de seu pai e não era emancipado. Aos 20 anos, Gustavo sofreu um acidente que o deixou inválido. Tendo em vista estas informações, é correto afirmar que Gustavo fará jus à pensão por morte enquanto durar sua invalidez.

**97** O enteado de segurado do RGPS é considerado seu dependente e concorre em igualdade de condições com os filhos biológicos, sendo sua dependência econômica presumida.

**98** Nos termos da Lei n. 8.213/1991, o menor sob guarda será considerado dependente do RGPS na qualidade de equiparado a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.

**99** O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da parte individual da pensão por morte do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.

**100** Mário era segurado do RGPS na qualidade de contribuinte individual e veio a falecer, deixando sua esposa Joana e dois filhos, Fábio e Sandra. Fábio possui 23 anos e está cursando o ensino superior, já Sandra possui 19 anos e não é emancipada. Além disso, Mário tinha uma irmã, Maria, que dependia economicamente dele e possui 20 anos de idade. Nessas condições, podemos afirmar que a pensão por morte será rateada em parte iguais por Joana, Fábio e Sandra.

Considerando a legislação aplicável e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do RGPS, julgue o item.

**101** Os benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença independem de carência quando originários de causa acidentária de qualquer natureza.

Tendo em vista que, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, julgue o item subsequente.

**102** A CF prevê a possibilidade da adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial aos segurados portadores de deficiência.

Um segurado da previdência social, filiado em 1º/03/2010, sofreu acidente de trabalho em 1º/04/2010. Em 1º/05/2010, lhe foi concedido, pelo INSS, auxílio-doença, contabilizado desde a data do seu acidente até o dia 1º/04/2011. Em 1º/08/2018, o INSS revisou o ato administrativo de concessão desse benefício. Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

**103** Considere que o INSS, após a revisão do ato administrativo, tenha decidido pela sua anulação, sob o fundamento de que o segurado não haveria cumprido carência. Nessa situação, o fundamento utilizado pelo INSS não é procedente, pois o auxílio-doença independe de carência.

Considerando o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, julgue o item, quanto ao regime geral de previdência social (RGPS).

**104** A idade do segurado, embora não configure requisito concessório, influencia o cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que seja inaplicável, na hipótese, o fator previdenciário.

A respeito do regime geral da previdência social e do custeio da seguridade social, julgue o item, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

**105** O segurado especial terá direito a aposentadoria por idade com requisito diferenciado, desde que comprove o exercício da atividade rural por tempo igual ao número de meses exigidos para a carência do benefício.

João, casado com Ana desde 10/01/2018, é segurado do regime geral de previdência social desde 1º/07/1989, na qualidade de contribuinte individual. Ele pretende solicitar ao INSS, em 1º/07/2020, dia do seu aniversário de cinquenta anos, sua aposentadoria por tempo de contribuição e idade.

Considerando essa situação hipotética e as disposições legais vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o item.

**106** Na data de seu referido aniversário, João ainda não terá cumprido os requisitos para começar a receber aposentadoria por tempo de contribuição e idade.

Roberto é empregado da empresa XYZ ME há trinta anos e pretende requerer ao INSS, em 1º/10/2020, a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

**107** As informações fornecidas são suficientes para se concluir que Roberto tem direito ao recebimento de aposentadoria por tempo de contribuição, por haver cumprido integralmente os requisitos para o gozo do benefício.

Maria solicitou à previdência social auxílio-acidente, não decorrente de acidente de trabalho, mas seu pedido foi indeferido sob o fundamento de que ela não teria cumprido o tempo de carência legalmente estabelecido. Seis anos depois do pedido, ela ingressou com uma ação previdenciária para o recebimento do referido benefício.

Considerando essa situação hipotética, à luz das normas vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o item.

**108** Como a concessão de auxílio-acidente independe de tempo de carência, a decisão administrativa de indeferimento foi incorreta.

O item a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de benefícios previdenciários.

**109** Arnaldo, solteiro, maior de idade e capaz, é gerente de uma loja há mais de sete anos e recebe salário mensal equivalente a cinco salários-mínimos. Por ter cometido crime e ter sido condenado a pena de cinco anos de reclusão, ele iniciou, na presente semana, o cumprimento dessa pena. Nessa situação, Arnaldo terá direito de receber o benefício previdenciário denominado auxílio-reclusão durante todo o período de cumprimento da pena.

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de benefício previdenciário e contribuição para o RGPS e regime próprio de previdência social.

**110** Flávio, que nunca havia contribuído para o RGPS, foi contratado como empregado de uma empresa privada. No quinto dia de trabalho, ao conduzir sua bicicleta rumo ao seu emprego, Flávio foi atropelado por um veículo, o que o deixou absolutamente incapacitado. Nessa situação, Flávio não terá direito à aposentadoria por invalidez concedida pelo RGPS, por não ter cumprido o tempo mínimo de carência.

## SEGURIDADE SOCIAL (LOAS)

Ravan Leão

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

**111** A Seguridade Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de assistência social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue os itens a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

**112** No CNAS, metade dos seus membros são representantes governamentais e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil. Os representantes governamentais são nomeados pelo ministro responsável pela política pública de assistência social no Brasil.

**113** O MDS, instância responsável pela coordenação da PNAS, é presidido alternadamente pelo(a) ministro(a) e por um representante eleito da sociedade civil.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

**114** Dentre os objetivos da assistência social no Brasil está a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

**115** A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dentre seus objetivos está a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Julgue o item abaixo à luz da Lei n. 8.742/1993 (LOAS).

**116** Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Acerca dos benefícios, programas e instâncias de controle social, definidos na Lei Orgânica da Assistência Social, julgue os itens que se seguem.

**117** Em razão do estado de calamidade pública reconhecido pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), o critério de aferição da renda familiar mensal per capita previsto na LOAS poderá ser ampliado para até 1/2 (meio) salário-mínimo.

**118** O benefício de prestação continuada, concedido à pessoa com deficiência, será suspenso pelo órgão concedente quando o beneficiário exercer atividade remunerada, podendo ser requerida a continuidade do benefício suspenso quando a atividade trabalhista for extinta e não houver outro benefício previdenciário sendo pago à pessoa.

**119** O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 1 (um) ano para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem, e será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.

**120** Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.





**O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.**  
Nós só precisamos te mostrar,  
para juntos correremos  
rumo à sua aprovação.

O programa de **coaching do Gran Cursos Online** é o diferencial na sua preparação.

Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



### PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



### ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



### PERCEÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



### MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do  
programa granxperts